

TERRITÓRIO DO SISAL-BAHIA: DA DIFUNDA PRECARIEDADE AO FORTALECIMENTO DOS ATIVISMOS SOCIAIS

Território do Sisal-Bahia: de la précarité répandue au renforcement de l'activisme social

Território do Sisal-Bahia: from the widespread precariousness to the strengthening of social activism

RESUMO

Analisar a coexistência entre as condições estruturais que perdura no Território do Sisal e a emergência e o fortalecimento dos activismos sociais é o objetivo central deste artigo. Para a leitura desse contexto espacial acionamos os termos “permanências” e “emergências”, empregados como um par dialético. As permanências manifestam-se pelo conjunto de condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou no Território do Sisal (Bahia) reconhecido pela prevalência das chamadas adversidades físico-naturais atribuídas à seca, por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, entre outros, bem como pelos esquemas de autoritarismo e clientelismo político. As emergências são reveladas na mobilização e complexificação de redes de organizações sociais, consideradas como modalidades de activismos sociais. O texto é resultado de uma pesquisa documental e da realização de entrevistas estruturadas com as mais atuantes organizações sociais do Território do Sisal, durante os anos de 2010 a 2014. Como resultado, constatamos que os activismos sociais do Território do Sisal têm buscado uma direção política e moral que pressupõe conceber as relações sociais baseadas em tessituras solidárias de cooperação, em uma organização política e produtiva mais horizontal, e tem lutado pela democratização do planejamento e gestão pública.

Palavras-chave: activismos sociais, permanências, emergências, Território do Sisal.

RÉSUMÉ

L'objectif central de cet article est d'analyser la coexistence entre des conditions structurelles rémanentes sur le Territoire du Sisal et l'émergence et le renforcement de l'activisme social. Pour lire ce contexte spatial nous mettons en œuvre les termes « permanences » et « urgences », employés comme couple dialectique. Les permanences se manifestent par l'ensemble des conditions structurelles et par la particularité historique qui a été forgée dans le Territoire du Sisal (Bahia), identifié par la prévalence des ainsi nommées adversités physiques naturelles attribuées à la sécheresse, par un ensemble d'indicateurs socio-économiques défavorables illustrés par l'analphabétisme, le chômage, entre autres, ainsi que les régimes autoritaires et le favoritisme politique. Les urgences sont manifestes dans la mobilisation et la complexité croissante des réseaux d'organisations sociales, considérées comme modalité de l'activisme social. Le texte est le résultat de la recherche documentaire et des entrevues structurées avec les organisations sociales du Territoire du Sisal le plus actif, au cours des années 2010 à 2014. En conséquence, nous constatons que l'activisme social du Territoire du Sisal ont poursuivi une orientation politique et présuppose morales concevoir les relations sociales fondées sur la tessitura solidarité de la coopération, dans une organisation politique et productive plus horizontale, et a été la lutte pour la démocratisation de la planification et de l'administration publique.

Palabras clave: l'activisme social, permanences, urgences, Território do Sisal.

ABSTRACT

To analyze the coexistence between remaining structural conditions in the Territory of Sisal and the emergence and strengthening of social activism is the central

Jamille da Silva Lima

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAM), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de Geografia Regional na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
jamillegeo@hotmail.com

Agripino Souza Coelho Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de Geografia Humana na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
ascneto@bol.com.br

Artigo recebido em:

27/02/2017

Artigo publicado em:

31/07/2017

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2017
ISSN 2175 -3709

purpose of this article. To read this spatial context, we used the terms "permanence" and "emergencies", employed as a dialectic pair. The permanencies are manifested by the set of structural conditions and the historical particularity that was set up in the Território do Sisal (Bahia), recognized by the prevalence of the so-called physical and natural adversities related to drought, by a set of unfavorable social economic indicators exemplified by illiteracy, unemployment and among others, as well as the schemes of dominion and political clientelism. Emergencies are manifested in the mobilization and complexity of networks of social organizations, considered as social activism modality. This article is a result of a documental research and interviews with the most active social organization from Território do Sisal, during the years of 2010 and 2014. As a result, it was found that the social activisms of the Sisal Territory were searching for a political and moral direction conceived by social relations based on solidary cooperation, as well as on a more horizontal political and productive organization, and has been fighting for democratization of planning and public administration.

Keywords: social activism, permanencies, emergencies, Sisal Territory.

INTRODUÇÃO

O Território do Sisal constitui-se num arranjo organizacional forjado por 20 municípios baianos. Esse território foi homologado pelo Colegiado do Territorial do Sisal em 25 de setembro de 2003, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Sistema de Informações Territoriais (MDA/SIT). Esse recorte regional apresenta uma realidade sociopolítica e econômica bastante emblemática e conflituosa. Para a leitura desse contexto acionamos os termos "permanências" e "emergências", no sentido adotado por Coelho Neto (2013), empregados como um par dialético para compreender a coexistência entre condições estruturais perdurantes ou que não sofreram mudanças significativas, e a ocorrência de novos fenômenos e novos agentes sociais que reestruturam a realidade política, socioeconômica e espacial.

As permanências não indicam o congelamento absoluto de fenômenos do passado, mas a coexistência de elementos/componentes do passado, que podem ser reconfigurados e ressignificados no presente. Não concebemos permanências e emergências numa perspectiva de sucessão, mas de coexistência, ou seja, a persistência (ou recorrência) de características, fenômenos, agentes do passado que experimentam diferentes graus de transformação, convivendo (e coexistindo) com novos fenômenos, novos agentes e novas formas sociais e espaciais.

As emergências, por outro lado, se manifestam na eclosão e formação de redes de organizações sociais que se densificam no espaço sisaleiro, especificamente, os sindicatos camponeses, as associações comunitárias rurais e as cooperativas agrícolas,

que exercem um papel de tensionamento das permanências e de reconfiguração socioespacial.

Empiricamente, as permanências manifestam-se pelo conjunto de condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou no Território do Sisal, reconhecido pela prevalência das chamadas adversidades físico-naturais atribuídas à seca, por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, de desemprego, entre outros, bem como pelos esquemas de autoritarismo e clientelismo político. As emergências são reveladas na latência e complexificação de redes de organizações sociais que no âmbito deste texto, são apontadas como exemplos de activismos sociais.

Os activismos, parte constituinte da sociedade civil, são um conjunto de ações políticas organizadas (SOUZA, 2006). As transformações sociais e políticas que se processaram no Território do Sisal resultam dos esforços dos activismos sociais, cuja construção se fez na tensão com as permanências. Estas expressam uma sociedade estratificada e dividida em classes, cujas contradições sociais se refletem no espaço, conformando processos de segregação.

A análise da coexistência entre as condições estruturais que perdura no Território do Sisal e a emergência e o fortalecimento dos activismos sociais, se apoiou em três eixos: a pesquisa estatística, a documental e a de campo. Inicialmente foi feito um levantamento das condições socioeconômicas dos municípios que compõem o Território do Sisal junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos e Informações do Estado da Bahia (SEI) e a Companhia

de Ação Regional (CAR).

A pesquisa documental foi realizada a partir da consulta de informes em jornais e revistas, relatórios de atividades, projetos elaborados e sites de algumas organizações sociais que atuam no Território do Sisal, especificamente a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB-Valente), a Cooperativa Regional de Artesãs e Fibras do Sertão (COOPERAFIS), a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICCOB-COOPERE), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC), bem como o Colegiado Territorial do Sisal denominado “Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia” (CODES-Sisal). Essa escolha deu-se pelo protagonismo e pela representatividade institucional que essas organizações possuem no Território do Sisal.

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos principais líderes das organizações supracitadas e também por meio de observação sistemática em algumas reuniões do CODES-Sisal, realizadas entre os anos de 2008 e 2014. Este artigo tem como objetivo analisar a coexistência entre as condições estruturais que perdura no Território do Sisal e a emergência e o fortalecimento dos ativismos sociais, identificando seus conteúdos, avanços e retrocessos.

Os caminhos do determinismo: a “hostilidade” da natureza e a fibra do sertanejo

A primeira permanência, aqui destacada, está calcada no plano da dinâmica da natureza. Localizado numa área de ocorrência de secas longas¹, no domínio morfológico do semiárido (Figura 1), o Território do Sisal apresenta um conjunto de traços fisionômicos que reúne os elementos da mais conhecida e expressiva caracterização do sertão nordestino brasileiro. Os municípios que formam este território apresentam (Figura 2): i) alta irregularidade de chuvas, com dois períodos destacados: um chuvoso e outro seco, com índices pluviométricos que variam entre 400 a 900mm, temperaturas elevadas, os-

cilando entre 20,7° a 26,8°C e escassez de umidade², características do clima tropical semiárido; ii) caatinga arbustivo-arbórea, com plantas herbáceas, xerófilas e caducifólias (AB’SABER, 2003), ficando cinza-calcinada nos meses secos e exuberantemente verde nos meses chuvosos (AB’SABER, 1999); solos com predomínio da classe dos Neossolos³, sendo eles distróficos (de média ou baixa fertilidade) e, em maior extensão espacial, eutróficos.

Nesse contexto, os elementos da natureza do semiárido são apropriados e apresentados como obstáculos ao desenvolvimento, que, insistentemente perseguido, parece ser inalcançável por conta da dinâmica da natureza. Na problemática da seca, encontraram-se argumentos para justificar a permanência histórica de problemas sociais e econômicos⁴, que, sob essa ótica, são “naturalizados”.

A seca é, na realidade, uma palavra-chave. Ela representa objetivamente falta de chuva, mas também simbolicamente a Região Nordeste e os problemas sociais e econômicos que são peculiares às condições da sua natureza hostil, como: miséria, analfabetismo, doença, descapitalização etc. (CASTRO, 1997, p. 181, grifo da autora).

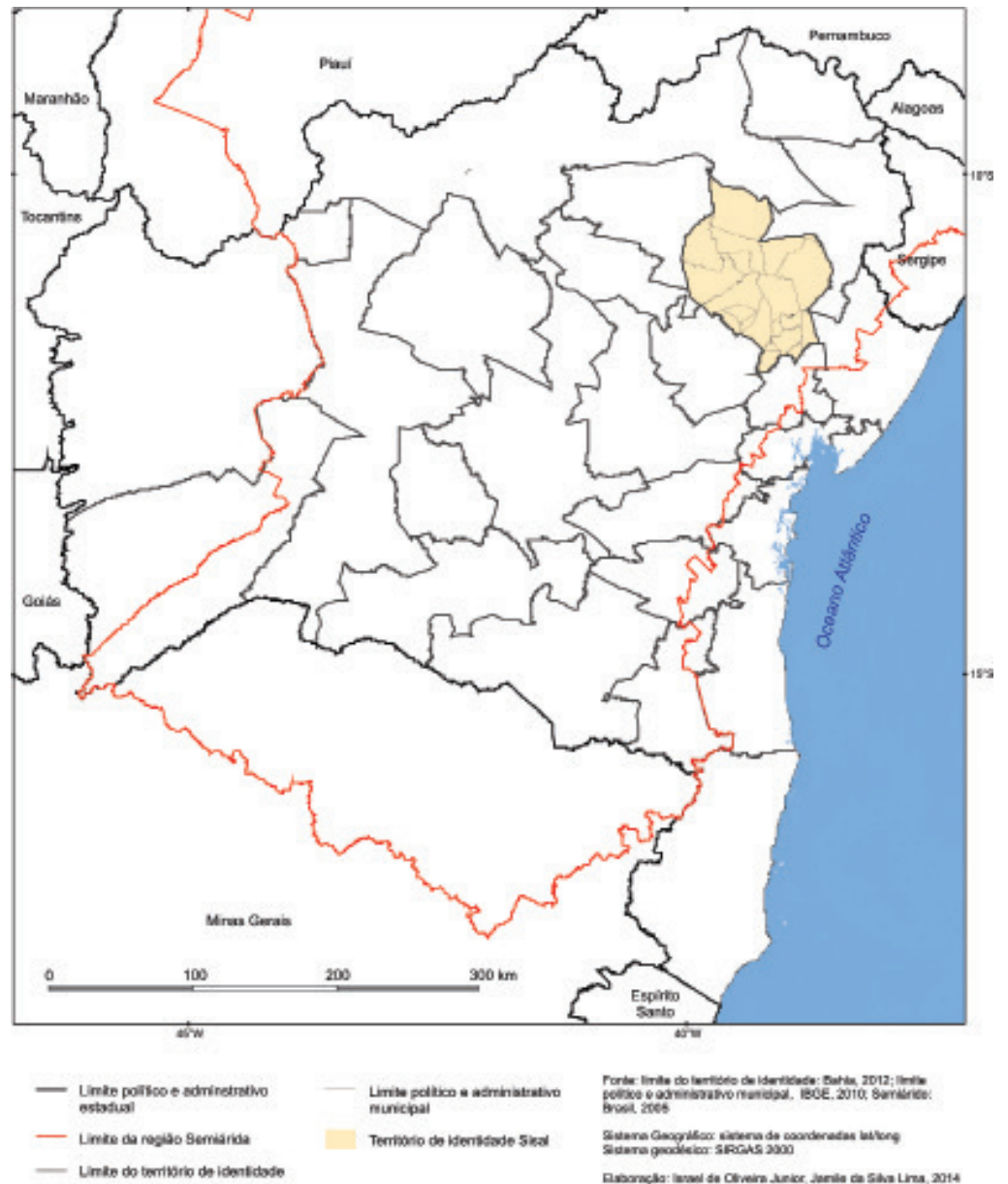
1 - Expressão atual utilizada em substituição a ideia de “Polígono das secas”, instituída na década de 1930.

2 - O conjunto desses fatores (índices pluviométricos baixos, distribuídos irregularmente e temperaturas elevadas) favorece a evapotranspiração e provoca uma deficiência hídrica (MOREIRA, 2002).

3 - A classe dos Neossolos “comprende solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos [...]” (EMPRA-BÁ, 2006, p. 84).

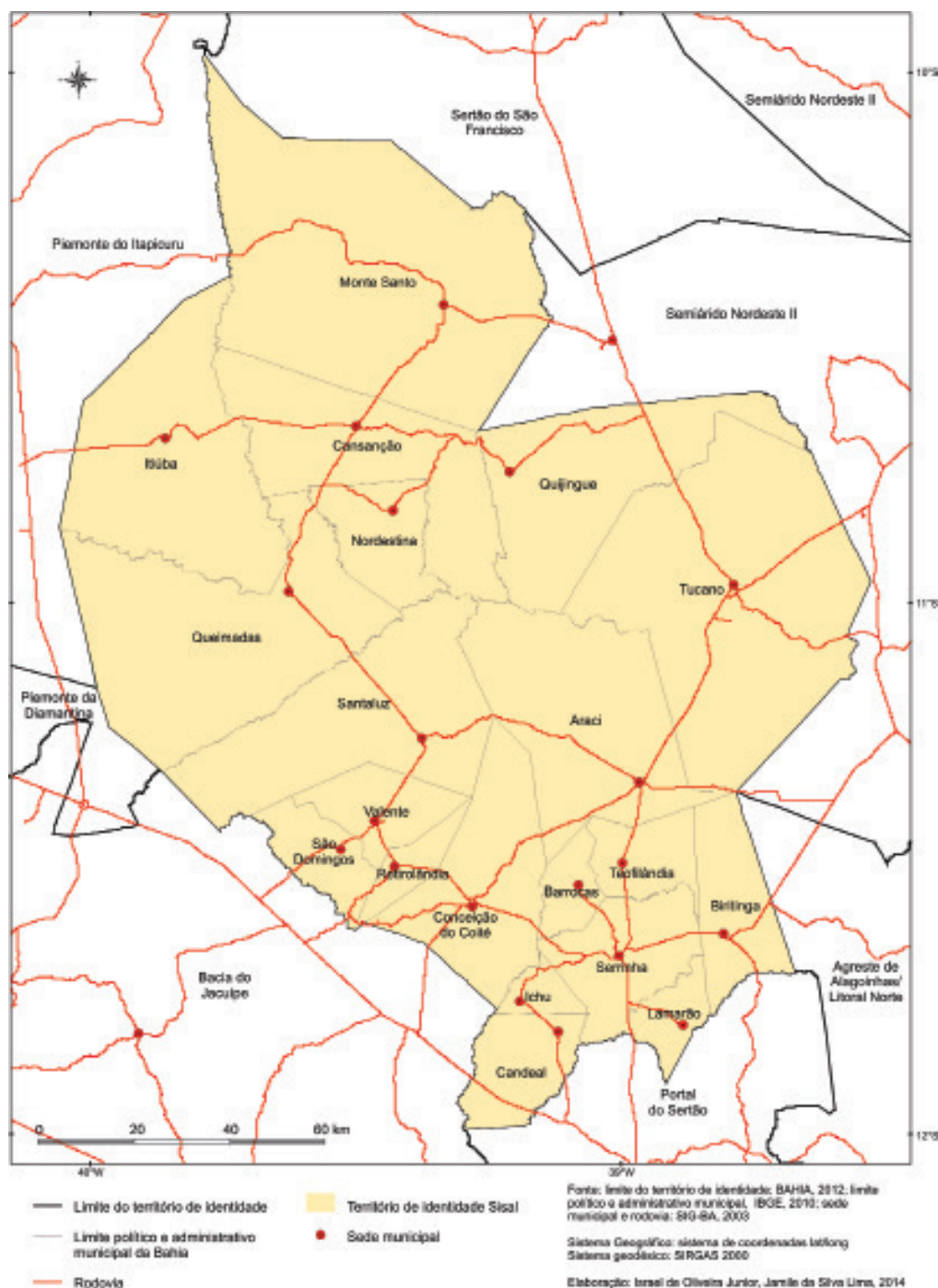
4 - Os municípios do Território do Sisal apresentam acentuados problemas socioeconômicos, exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, baixa renda, concentração fundiária, entre outros. Este assunto será tratado com profundidade a seguir (enquanto uma outra permanência).

FIGURA 1 -Localização do Território do Sisal no semiárido baiano



Fonte: Limite do território de Identidade: Babia, 2012; Limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; Semiárido: Brasil, 2005. Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long. Sistema geodésico: SIRGAS, 2000. Elaboração: Israel de Oliveira Júnior; Jamille da Silva Lima, 2014.

FIGURA 2 - Território do Sisal - Bahia



Fonte: Limite do território de Identidade: Bahia, 2012; Limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; Semiarido: Brasil, 2005. Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long. Sistema geodésico: SIRGAS, 2000. Elaboração: Israel de Oliveira Júnior; Jamille da Silva Lima, 2014.

Os longos períodos de estiagens, característicos da semiaridez climática, objetivamente podem limitar a agricultura nos moldes praticados no Território do Sisal, considerando as técnicas predominantemente utilizadas pelos trabalhadores do campo. Mas o sentido que lhes foi atribuído por distintos sujeitos sociais colaborou para a construção de um imagi-

nário social da natureza semiárida, forjado para fundamentar a imagem e “retórica da seca”.

As imagens são muito importantes na construção do imaginário social. No processo de construção e incorporação de imagens, também são forjados e/ou adotados signos e símbolos a elas intrinsecamente associados. As imagens são

instrumentos de poder, como apontam os escritos de Raffestin (1993), Harvey (1989) e de Haesbaert (2004). Para este, “[...] as representações espaciais também são instrumentos/estratégias de poder, na medida em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais em função das imagens que construímos da realidade” (p. 91-92).

Para Castro (1997), o simbólico e o imaginário podem ser fecundos não só para arejar o entendimento teórico dos geógrafos sobre o espaço, mas eles também podem ser uma possibilidade metodológica de compreensão do real em seu sentido empírico. “O território, enquanto forma e símbolo, é o continente que afeta o seu conteúdo social e é da mesma forma afetado por ele” (CASTRO, 1997, p. 176-177). Apesar de a imaginação se originar de um atributo humano, ela é indissociável dos atributos espaciais, pois são eles que nutrem as representações individuais e coletivas.

É possível, pois, propor que todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se em imaginário geográfico (CASTRO, 1997, p. 177).

Nessa perspectiva, a autora argumenta em favor de uma relação entre a “geograficidade da experiência humana” e o discurso político, visto que algumas peculiaridades da natureza são intencionalmente apropriadas e utilizadas em prol de um imaginário coletivo, forjado para alicerçar a retórica ou a ação política. Paradigmas e concepções deterministas são reproduzidos para justificar práticas hierárquicas, que acabam por naturalizar as condições socioeconômicas desfavoráveis.

No Brasil, o caso do semi-árido nordestino é exemplar. Desde o final do século passado, a sua natureza semi-árida tem sido vista como a principal causa dos problemas da região e tem sido amplamente utilizada nos discursos das elites regionais para obter maiores benefícios junto ao governo federal (CASTRO, 1992). Na realidade, a ideia de que o clima semi-árido é responsável pelo atraso do Nordeste faz parte do imaginário regional, e nacio-

nal, e revela uma percepção na qual o determinismo da natureza está implícito, tanto na ideia de que o ‘sertanejo é antes de tudo um forte’ de Euclides da Cunha, como na perspectiva do território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de ser domada. No entanto, quando esta mesma natureza torna-se base de discurso e fonte de recursos públicos, mais do que um símbolo do imaginário social, ela passa a representar um valioso poder simbólico para o imaginário político regional. A natureza semi-árida, neste caso, portanto, é exemplarmente apropriada pelo imaginário coletivo através das imagens que são retrabalhadas no sistema de valores, dando suporte ao discurso e aos atos políticos (CASTRO, 1997, p. 181).

A seca tomada como tônica explicativa para a realidade regional é uma assertiva tão vigorosa que mesmo os ativismos sociais do Território do Sisal, acabam por reproduzi-la. No plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal, elaborado com a participação de distintas organizações da sociedade civil do Território do Sisal, as condições de miserabilidade da população são atribuídas às estiagens prolongadas:

Os longos períodos de seca que se repetem, de forma cíclica, em média a cada 12 anos, têm sido o grande vilão da situação de pobreza e de miséria em que se encontra grande parte da população. O índice pluviométrico anual, além de baixo, é irregular, mais de 70% das chuvas se concentram num curto espaço de tempo, ficando a maior parte do ano sem chover, o que inibe a atividade produtiva. Já nos períodos de estiagem prolongada, os índices pluviométricos caem para 200 mm e 400 mm, inviabilizando quase que completamente a vida humana, gerando grandes fluxos migratórios da população, que busca a sobrevivência em outras regiões (CODES-SISAL, 2010, p. 22).

A seca continua comparecendo como notícia nos principais veículos de comunicação do país, informando a recorrência das práticas emergenciais assistencialistas, como, por exemplo, a distribuição de alimentos e de água com caminhões pipas. Estas práticas, além de colaborarem para garantir a estabilidade da elite política re-

Jamille da Silva Lima
Agripino Souza Coelho Neto

gional, que geralmente é também a elite fundiária, visto a propriedade da terra no Nordeste ter uma dimensão peculiar simbólico-política (CASTRO, 2008), implicitamente também afixam uma profunda mácula de inferioridade, que estigmatiza a população que vive no semiárido, denunciada no trecho a seguir:

A imagem construída em relação ao semi-árido é aquela da inviabilidade e da insustentabilidade. Dita imagem é gerada, principalmente, pelo fato que dele somente se veiculam, comentam e valorizam as notícias e fatos da seca, da falta de água, da hipotética incapacidade de seu povo, das políticas assistencialistas com que a região é tratada, das doações alienadoras. Como se ao seu povo faltasse a capacidade de gerir seu próprio destino (MOC, 2006, p. 6).

Mas os fundamentos das tradicionais estruturas de poder não são absolutos, “[...] é justamente no solapamento das formas elaboradas do seu discurso que podem ser encontrados trunfos importantes para a redução do seu espaço político e para a percepção do seu processo de mudança” (CASTRO, 2008, p. 293). Nesse sentido, destacam-se os esforços empreendidos, principalmente pelos ativismos sociais do Território do Sisal, na tentativa de desconstruir o discurso “dos oprimidos/vitimados” pela seca, embora contraditoriamente eles também ratifiquem e postulem esse discurso. Importante destacar que a denominação do Território do Sisal foi criada no ano de 2003, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que demarcou os territórios rurais (depois da cidadania), mas, alcançou uma enorme importância e repercussão no contexto dos municípios sisaleiros, em decorrência do protagonismo que os ativismos sociais conferiram a este território (COELHO NETO, 2010).

O slogan da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB-Valente) “O Sertão tem tudo que se precisa. Se faltar a gente inventa” (APAEB, 2007) elucidada o movimento de reconstrução da imagem regional e a nova concepção de convivência com o semiárido, defendida pelos ativismos no Território do Sisal.

A conformação do novo imaginário social nesse Território nutre-se, principalmente, do poder simbólico atri-

buído a *Agave sisalana*, o sisal. Além de ser um objeto econômico-funcional, sendo por isso um simulacro apregoado no brasão de vários municípios do Território do Sisal, essa planta simboliza a vida e o despertar da esperança. Mesmo sob altas temperaturas, ela não perde o esverdeado, mostrando elevada capacidade de resiliência e projeção ascensional, pois está sempre “apontando para cima”⁵ considerando o crescimento apical da planta⁶.

Originário da península de Yukatan, no México, o sisal foi introduzido no Brasil no início do século XX, em 1903, por iniciativa de Horácio Úrpia Júnior (PINTO, 1969). Apenas a partir do final da década de 1930, por estímulo governamental, o cultivo do sisal desponta no semiárido baiano como atividade econômica (MARQUES, 2002), manifestada nas transformações desencadeadas: a) ativação da economia dos municípios sisaleiros; b) desenvolvimento de aglomerações e surgimento de novos municípios, como Araci (1956) e Valente (1958) (PINTO, 1969); c) reorganização da estrutura fundiária, haja vista o processo de minifundiarização engendrado com o “esfacelamento de grandes propriedades e dos estabelecimentos já existentes” (PINTO, 1969, p. 39) e d) a formação de um elo organizacional a partir do qual foram criadas várias organizações sociais⁷.

A importância político-econômica da atividade sisaleira no contexto regional [Território do Sisal], revelou ser esta uma alternativa exitosa de convivência com o semiárido. A adaptação da planta *Agave sisalana* às condições edafoclimáticas das regiões semiáridas elucidada a tentativa de construção de um novo conteúdo/imagem para o Território do Sisal, simbolizando a resiliência e a força da população que nele vive, em contraposição à aludida incapacidade de seu povo. Porém, isso acaba alimentando a “permanência dos condicionantes naturais”, ou seja, uma apropriação determinista dos elementos da natureza semiárida. Inspirados na célebre frase de Euclides da Cunha “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” ([1902] 1952, p. 101), diferentes agentes sociais estabelecem uma analogia entre a fibra do sisal e a bravura necessária para viver em meio à “hostilidade física” do semiárido:

Mas aqui se configura a nordestinidade do baiano. A começar por suas paisagens, pontilhadas por lajedos, carrascais e tabuleiros, onde vicejam mandacarus,

5- Expressão utilizada por representante da Cooperativa Regional de Artesãs e Fibras do Sertão (COOPERAFIS), em entrevista cedida aos autores em 16.03.2012.

6- O conjunto desses fatores (índices pluviométricos baixos, distribuídos irregularmente e temperaturas elevadas) favorece a evapotranspiração e provoca uma deficiência hídrica (MOREIRA, 2002).

7- O desejo de valorização do preço do sisal e de melhorar os sistemas produtivos contribuiu para a latência da Associação dos Pequenos Agricultores Rurais (SANTOS, 2007), por exemplo.

8- Disponível em: http://www.cnpa.embrapa.br/noticias/2004/noticia_20041004.html. Acesso em 10.01.2014.

9 - A bi-polarização se caracteriza pela coexistência do grande latifúndio (pecuária extensiva) e do processo de minifundização (produção de sisal e a agricultura de subsistência predominante nas pequenas e médias propriedades).

10 - Fonte dos dados: Censo demográfico, IBGE (2010).

caroás, facheiros, macambiras e gravatás, tão bem descritas pelo grande clássico da literatura nacional, Os Sertões, de Euclides da Cunha. E como parte indissociável desta paisagem, com ela própria se confundindo, assoma a figura heroica do vaqueiro, com suas típicas vestimentas de couro para permitir adentrar na caatinga. É também nesta paisagem áspera e pedregosa onde, mais do que nas demais regiões da Bahia, passeiam os bodes e os jumentos, os mais eloquentes representantes da autêntica fauna do sertão nordestino e que tiveram papel determinante para assegurar as condições mínimas de vida do sertanejo. [...] Qualquer iniciativa voltada para a territorialização de políticas públicas a serem desenvolvidas pelos governantes não pode deixar de levar em conta esta fibra do sertanejo, tão forte quanto a fibra do sisal (CODES-SISAL, 2010, p. 15-18, grifo nosso).

*Para Euclides da Cunha, "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". Se ele tivesse conhecido a disposição de uma pequena cidade sertaneja da Bahia, com certeza teria dito que o sertanejo é, antes de tudo, um valente. Essa é a impressão que se guarda depois de visitar o município baiano recordista na produção de sisal (90 mil toneladas/ano) [...]. A paisagem é inóspita como em qualquer lugar nos milhares de quilômetros do semi-árido nordestino. Em Valente ainda não pega celular, mas o desenvolvimento local do município e região proporcionado pelo cultivo da planta fibrosa é evidente [...] (EMBRAPA, 2004, grifo nosso)*⁸.

Desse modo, “[...] o determi-

nismo da natureza está implícito, tanto na ideia de que o ‘sertanejo é antes de tudo um forte’ [...], como na perspectiva do território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de ser domada” (CASTRO, 1997, p. 181). Os modos de apropriação da natureza e significação sociopolítica da seca nutrem a persistência das políticas assistencialistas e deixam fora da pauta a crítica à deficiência da infraestrutura hidráulica e à gestão dos recursos hídricos, uma vez que a “culpa” é, quase unicamente atribuída à “dinâmica da natureza”.

As características socioeconômicas

As características sociais e econômicas do Território do Sisal também compõem o quadro de permanências. A assertiva se sustenta na identificação empírica de um conjunto de elementos que mantêm determinada durabilidade no Território do Sisal. Nesse sentido, destacam-se: i) a ruralidade como traço da vida regional; ii) a bipolarização⁹ da estrutura fundiária; iii) o processo produtivo tecnologicamente arcaico e socialmente desigual e injusto; e iv) os indicadores socioeconômicos desfavoráveis, como IDH, IDS e Analfabetismo (COELHO NETO, 2013).

A importância da ruralidade na estruturação da vida regional consiste num elemento instigante em face das perspectivas que anunciaram o desaparecimento do rural e da intensidade e amplitude do processo de urbanização experimentado em distintas escalas. Em dez municípios do Território do Sisal, mais de 60% da população vive na zona rural, sendo Monte Santo o município de maior indicador, com 83,10% (conforme dados do IBGE detalhados na Tabela 1). Nenhum dos municípios desse recorte regional alcançou o grau médio de urbanização brasileira (84,35%), nordestina (73,10%) e baiana (72,1%)¹⁰. Os indicadores quantitativos da população domiciliada por local de residência atestam a relevância da ruralidade no Território do Sisal. O ritmo de decréscimo da população rural em relação à urbana é mais moroso em comparação ao apresentado nas outras escalas destacadas.

Tabela 1: Participação da população rural na composição populacional nos municípios

Municípios	População total		População rural (absoluta)		População Relativa (relativa)	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Araci	45.341	51.651	33.757	32.013	74,45%	61,98%
Barrocas	—	14.191	—	8.496	—	59,87%
Biritinga	14.620	14.836	12.839	11.319	87,82%	76,29%
Candeal	10.728	8.895	8.187	5.419	76,31%	60,92%
Cansanção	30.903	32.908	23.977	21.887	77,59%	66,51%
C. do Coité	52.338	62.040	32.336	25.762	61,78%	41,52%
Ichú	8.596	5.255	5.472	1.890	63,66%	35,97%
Itiúba	34.403	36.113	27.335	26.414	79,46%	73,14%
Lamarão	10.275	9.560	8.754	7.475	85,20%	78,19%
Monte Santo	51.280	52.338	46.425	43.493	90,53%	83,10%
Nordestina	9.315	12.371	7.945	8.450	85,29%	68,30%
Queimadas	23.162	24.602	14.731	12.110	63,60%	49,22%
Quijingue	23.958	27.228	20.569	20.851	85,85%	76,58%
Retirolândia	11.300	12.055	7.418	5.333	65,65%	44,24%
Santaluz	30.634	33.838	17.930	13.043	58,53%	38,55%
S. Domingos	10.276	9.226	6.834	3.310	66,50%	35,88%
Serrinha	76.013	76.762	38.159	29.574	50,20%	38,53%
Teofilândia	21.570	21.482	17.791	14.790	82,48%	68,85%
Tucano	46.618	52.418	36.487	30.460	78,27%	58,11%
Valente	17.830	24.560	11.392	11.073	63,89%	45,09%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2010.

Acionando a noção de multifuncionalidade e pluriatividade de Carneiro (1998), destacamos o papel de centralidade da agropecuária, especificamente do cultivo do sisal, na dinâmica econômica e político-territorial da sociedade local-regional, bem como o grau de complexidade da relação campo-cidade nesse Território.

A multifuncionalidade, entendida como “um modo de vida” e “não como uma profissão como outra qualquer” (CARNEIRO, 1998, p. 234), empiricamente é constatada na diversificação dos papéis sociais desempenhados por alguns segmentos da sociedade civil do Território do Sisal. Associações, cooperativas e sindicatos que, em sua maioria se originaram no campo pela atuação das pastorais rurais, aglutinam esforços não apenas para a organização do processo produtivo e da comercialização, mas também para mobilização e ativismo político (a exemplo da

ampliação e fortalecimento das redes de participação política), e para apoiar e promover atividades socioculturais e educativas (criação de centros culturais, clubes sócio-recreativos e escolas agrícolas).

A pluriatividade, na qual o rural é compreendido para além da atividade agrícola, é evidenciada na diversificação de atividades dos agricultores que vivem no campo e dos que vivem nas pequenas cidades e dependem exclusivamente da produção de sua pequena propriedade rural ou diversificam sua atuação com atividades urbanas terciárias. A existência da pluriatividade no Território do Sisal é uma condição pretérita, destacada em publicações anteriores, a exemplo de Pinto (1969) e de Andrade (1993).

Outra permanência está no âmbito da estrutura fundiária. Em distintas pesquisas, Santos (2002 e 2007) apresenta uma ambivalência denominada de bi-po-

11- *A minifundização no Território do Sisal é destacada por vários autores, a exemplo de Pinto (1969), Andrade (2002), Silva (2008) e Coelho Neto (2013).*

12 - *O tamanho apresentado foi considerado com base nos estudos de Andrade (2002).*

13 - *Conforme artigo 4º, II da Lei nº 8.629/93, pequena propriedade é "o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais". O módulo fiscal, unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979, corresponde a 50 ha.*

larização, “de um lado o grande latifúndio e do outro o processo de minifundização¹¹ implantado, seja por venda ou por herança [...]” (SANTOS, 2002, p. 11). Com base na leitura de Andrade (1987), Castro (2008) afirma que especialmente no sertão nordestino, essa estrutura fundiária que opõe latifúndio ao minifúndio tem uma dimensão política peculiar, tendo em vista que a posse da terra “[...] está associada a baixos níveis de produção, a utilização da propriedade como reserva de valor, não apenas econômico mas também

simbólico, do que como unidade de produção” (p. 302).

A análise da estrutura fundiária ratifica a coexistência das duas polaridades. O censo agropecuário referente ao ano de 2006 informa que a quantidade de minifúndios¹², estabelecimentos compreendidos entre 1 a 10 hectares, é bastante expressiva, correspondendo a mais de 60% do total de estabelecimentos e a apenas quase 12% da área total apropriada (Tabela

Tabela 2: Estrutura fundiária, Território do Sisal – 2006

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	148	X ¹	0,23	X
De 0,1 a menos de 0,2 há	220	X	0,33	X
De 0,2 a menos de 0,5 há	4737	1805	7,20	0,16
De 0,5 a menos de 1 há	5952	4737	9,05	0,41
De 1 a menos de 2 há	8063	11760	12,26	1,02
De 2 a menos de 3 há	5586	14616	8,50	1,26
De 3 a menos de 4 há	4773	15100	7,26	1,30
De 4 a menos de 5 há	3952	17370	6,01	1,50
De 5 a menos de 10 há	10148	72640	15,43	6,28
Da 10 a menos de 20 há	8749	123527	13,31	10,67
De 20 a menos de 50 há	8230	253669	12,52	21,92
De 50 a menos de 100 há	2376	163976	3,61	14,17
De 100 a menos de 200 há	1071	146431	1,63	12,65
De 200 a menos de 500 há	657	196032	1,00	16,94
De 500 a menos de 1000 ha	207	135835	0,31	11,74
De 1000 a menos de 2500 ha	62	X	0,09	X
De 2500 ha e mais	12	X	0,02	X
Produtor sem terra	807	0	1,23	0
Tucano	46.618	52.418	36.487	30.460
Valente	17.830	24.560	11.392	11.073
Total	529.160	582.329	378.338	333.162

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2006. In: Banco de dados Geografar. Disponível em: www.geografar.ufba.br

Nota (X¹): Essas informações não contam na base de dados do IBGE.

É grande o quantitativo resultante da soma do número de minifúndios com as pequenas propriedades (entre um a quatro módulos fiscais)¹³, porém elas inversamente ocupam uma extensão territorial pequena perante a totalidade. Mais de 50% dos estabelecimentos são proprie-

dades de até 5 hectares, que, por sua vez, equivalem a, aproximadamente, 5% do total da área apropriada.

Atualmente, é ainda a pecuária extensiva a principal atividade das grandes propriedades, sendo o cultivo do sisal apenas um complemento para alimentar

Jamille da Silva Lima
Agripino Souza Coelho Neto

o rebanho bovino. Nas pequenas e médias propriedades¹⁴ há a produção do sisal como atividade majoritária, sendo associada à agricultura de subsistência no primeiro caso, e a pecuária no segundo.

Nas médias e grandes propriedades, o trabalho é assalariado e este salário cumpre sua função de recriar o trabalhador. Sem muitas alternativas, o trabalhador vende sua força de trabalho, acabando por vender sua produção/riqueza, que “[...] se ergue diante dele como algo que não lhe pertence, como uma potência que lhe é estranha e que subordina a sua capacidade de trabalho” (MARTINS, 1980, p. 34). Nesse sentido, “a riqueza aparece como sendo exatamente o contrário do que ela é: só o trabalhador produz valor, produz riqueza, e o trabalho pertence originalmente ao trabalhador [...]” (MARTINS, 1980, p. 34). Contudo, a riqueza, produto do trabalho aparece como produto do capital, obnubilando a verdadeira essência das relações sociais no capitalismo.

Nas propriedades de até 200 hectares, o trabalho familiar é nuclear. Neste caso em que o produtor familiar é proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, não se trata de uma sujeição formal, tampouco de uma sujeição real do trabalho ao capital, Havendo o que Martins (1980) denomina de “sujeição da renda da terra ao capital”. O processo é iniciado pela dependência do produtor em relação ao crédito fundiário, aos inter-

O que hoje acontece com a pequena lavoura da base familiar é que o produtor está sempre comprometido com a garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador, a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário (p. 47).

mediários¹⁵, entre outros:

Mesmo sem a propriedade da terra, são criadas condições para extrair a renda da terra. Na maioria das vezes, o produtor rural não percebe que ele é apenas um proprietário nominal que produz riqueza para outrem. “A riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas as suas [...]” (MARTINS, 1980, p. 47). De maneira velada, o lavrador tem sua produção e a própria terra expropriadas.

Ao conjunto de problemas aqui arrolados, somam-se as irregularidades em relação à legislação trabalhista, à incidência do trabalho infantil¹⁶ e os acidentes de trabalho provocados pelas técnicas rudimentares adotadas ao longo do processo produtivo. As pesquisas de Alves, Santiago e Lima (2005) e Lima (2008) informam essa situação aviltante. Nascimento (2008) também denunciou a

A principal característica da indústria da fibra do sisal é seu baixo índice de modernização e capitalização em relação ao paradigma industrial vigente no pós-guerra, já que apenas se aproveitava de 3 a 5% da planta do sisal, o que tornou o custo de produção muito elevado. Outro fator que tem impacto no processo de modernização é a baixa aplicação tecnológica no cultivo e beneficiamento do sisal. Por se tratar de um plantio comercial quase que exclusivo de países subdesenvolvidos (México, Brasil e alguns países africanos), a extração da fibra do sisal sempre empregou um grande contingente de força de trabalho em condições muito precárias, caracterizando-a como um processo perverso e extremo de exploração da mão-de-obra feminina e infantil e de exposição da mão-de-obra masculina a freqüentes mutilações, propiciadas pelo uso intenso do motor do sisal numa jornada média de 12 horas diárias (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

As condições desfavoráveis que historicamente caracterizam o Território do Sisal também se expressam nos indicadores socioeconômicos (Tabela 3). A taxa de analfabetismo da população com 25 anos ou mais de idade¹⁷ é bastante preocupante, pois, na maioria dos municípios, esse índice é superior a 30%, chegando a atingir quase metade da totalidade da população nessa faixa etária, casos de Monte Santo e Quijingue, cujos índices são de 45,32 e 45,61, respectivamente.

14- As médias propriedades aludidas corresponde ao que Andrade (2002) denomina de “empresas familiares” (200 a menos de 500 hectares).

15 - Os intermediários são muito comuns na produção e comercialização do sisal. O processo de intermediação tem natureza especulativa e também ajuda a entender a expropriação das riquezas dos agricultores rurais.

16- “Um dos grandes problemas sociais existentes na região sisaleira é a alta incidência do trabalho infantil. Segundo informações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cerca de 9.000 crianças trabalham no corte e no processamento do sisal, em média, perfazendo uma jornada de 12 horas de trabalho, auferindo uma remuneração de R\$ 2,50 por semana” (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 41).

17 - Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100 (PNUD, 2013).

Tabela 3: Indicadores socioeconômicos do Território do Sisal

Municípios	Taxa de analfabetismo 25 anos ou mais ¹	% de pobres ²	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos ³	IDHM ⁴	IDS Bahia Ranking
Araci	43,98	52,70	40,68	0,53	267
Barrocas	26,19	32,83	31,83	0,61	127
Biringinga	33,62	52,84	36,59	0,53	300
Candeal	32,30	36,55	34,50	0,58	364
Cansanção	37,00	53,28	41,82	0,55	333
Conceição do Coité	25,50	32,42	35,51	0,61	116
Ichú	17,87	34,31	33,35	0,63	18
Itiúba	33,33	54,50	40,54	0,54	361
Lamarão	41,93	53,56	34,63	0,51	363
Monte Santo	45,32	55,01	38,36	0,50	405
Nordestina	39,10	54,61	36,79	0,56	351
Queimadas	29,91	43,24	38,34	0,59	270
Quijingue	45,61	50,84	42,86	0,54	375
Retirolândia	24,52	31,79	36,39	0,63	120
Santaluz	30,74	38,74	37,46	0,59	122
São Domingos	27,53	27,18	34,82	0,64	140
Serrinha	21,19	31,96	42,47	0,63	62
Teofilândia	41,63	44,84	33,12	0,56	159
Tucano	37,67	47,22	62,60	0,57	311
Valente	20,69	21,48	40,89	0,63	89
Total	529.160	582.329	378.338		333.162

Fonte: (1), (2) e (3): Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU 2013. (4) IBGE, Censo Demográfico 2010; (5) SEI, 2006.

A pauperização da vida é também uma questão alarmante. É grande a proporção dos indivíduos¹⁸ com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em agosto de 2010¹⁹. Em oito municípios, o percentual de pobres ultrapassa 50%, ao tempo em que a desigualdade impera, como verificado nos elevados percentuais da renda apropriada pelos 10% mais ricos. O caso mais gritante é o município de Tucano, onde a décima parte da população se apodera de mais de 60% da renda total.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) aferido com base em outros três indicadores – educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao

nascer) e renda (PIB *per capita*) – também reforça o conjunto de condições pretéritas desfavoráveis que se impõem ao devir da sociedade. Nesse rumo, o cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), composto pelos indicadores de Saúde (INS), Educação (INE), Serviços Básicos (ISB) e Renda Médias dos Chefes de Família (IRMCH), posicionou o Território do Sisal na classe de pior desempenho do estado baiano.

Indistinção entre o público e o privado: a reinvenção e a permanência das forças político-empresariais

Pinto (1969), Santos (2002 e 2007) e Coelho Neto (2013) mostram

Jamille da Silva Lima
Agripino Souza Coelho Neto

a estreita relação entre o empresário e o representante político no contexto regional sisaleiro. As esferas pública e privada se imbricam e conformam a essência do patrimonialismo, entendido como dominação exercida por uma autoridade legitimada por laços tradicionais. Tendo como base o direito consuetudinário, o funcionário é submetido ao poder individual do governante, sendo selecionado segundo a relação de “confiança”:

No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. [...] Os funcionários, por sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. [...] Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos (BENDIX, 1986, p. 270).

O patrimonialismo no Território do Sisal subsiste juntamente com outras formas de “políticas conservadoras”, conforme denominação do autor. São elas o paternalismo, manifestado na consecução de “[...] favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios [...]” (LEAL, [1949] 1997, p. 60) e o clientelismo, que se constituiu num “movimento que confunde o ato de votar com a afinidade pessoal, diretamente criada, hoje por herança, por motivos de gratidão ou interesse sobretudo [...]” (M. SANTOS, [1987] 2007, p. 93-94). O clientelismo se realiza “[...] pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral”. O governante opera “como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos” (AVELINO FILHO, 1994, p. 227)

O conjunto dessas práticas conservadoras, entendidas como “[...] ideias e

atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 2000, p. 242), dão sustentação ao compromisso coronelista no Território do Sisal. Esse fenômeno trata de uma reciprocidade entre o poder público e o poder privado dos chefes locais (LEAL, 1997), muito elucidativo na imbricada relação entre os empresários do sisal e os representantes políticos institucionais nas esferas municipal e estadual.

Nesse sentido, a concentração fundiária deve ser de fato acionada como chave explicativa para o coronelismo (LEAL, 1997), especificamente em sua manifestação no Território do Sisal, em que além da bipolarização fundiária e da sujeição da renda da terra ao capital, tem-se a propriedade da terra como capital simbólico.

Um exemplo muito ilustrativo da estrutura do sistema coronelista no Território do Sisal é o caso do município de Conceição do Coité. A gestão da prefeitura municipal é marcada pela dominação de uma rede familiar que articula a propriedade da terra e o beneficiamento, industrialização e comercialização do sisal por um lado, e por outro, exerce o controle da estrutura política local. Essa assertiva é ratificada relacionando as informações do Quadro 1 com as apresentadas no Quadro 2.

Quadro 1: Panorama do domínio político familiar na prefeitura do município de Conceição do Coité - Bahia- 1933 a 2009

FAMÍLIA	DOMÍNIO POLÍTICO	
	MANDATO	PREFEITO
SILVA PINTO	<ul style="list-style-type: none"> • 02.01.1931 – 02.01.1933 • 03.01.1933 – 06.02.1933 • 23.04.1944 - 31.06.1945 • 01.01.1946 – 31.07.1946 • 01.01.1955 – 07.04.1955 	<ul style="list-style-type: none"> • Vespasiano da Silva Pinto • Durval da Silva Pinto (interino) • Duvaltércio Silva Pinto • Duvaltércio Silva Pinto • Durval da Silva Pinto (interino)
RAMOS GORDIANO	<ul style="list-style-type: none"> • 07.02.1933 – 12.04.1935 • 07.04.1959 – 07.04.1963. • 29.11.1970 – 30.03.1971 	<ul style="list-style-type: none"> • Leopoldino Ramos Gordiano • Emídio Ramos Gordiano • Antônio Nunes Gordiano Filho
PINTO RESEDÁ	<ul style="list-style-type: none"> • 01.08.1946 – 15.03.1948 • 31.10.1980 – 30.04.1981 • 20.03.1985 – 20.07.1985 	<ul style="list-style-type: none"> • Eustórgio Pinto Resedá • Evódio Ducas Resedá (interino) • Emério Vital Pinto Resedá (interino)
CALIXTO	<ul style="list-style-type: none"> • 16.03.1948 – 01.02.1951 • 01.02.1951 – 31.12.1954 • 07.04.1955 – 07.04.1959 • 07.04.1967 – 08.11.1970. 	<ul style="list-style-type: none"> • Teócrita Calixto da Cunha • Wercelêncio Calixto da Mota • Teócrita Calixto da Cunha • Theognes Antônio Calixto
RIOS ARAÚJO	<ul style="list-style-type: none"> • 31.03.1973 – 31.01.1977 • 31.01.1983 – 20.03.1985 • 20.07.1985 – 01.01.1989 • 01.01.1989 – 01.01.1993 • 01.01.1997 – 31.12.2000 • 01.01.2001 – 31.12.2004 • 01.01.2005 – 31.12.2008 • Empossado em 01.01.2009. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hamilton Rios de Araújo • Hamilton Rios de Araújo • Hamilton Rios de Araújo • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Wellington Passos de Araújo • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Renato Souza dos Santos (1)

Fonte: COELHO NETO, 2013, p. 182

Nota: (1) O atual prefeito Renato Souza dos Santos não é membro da Família Rios Araújo, porém, sua eleição foi assegurada pelo apoio de Hamilton Rios de Araújo, a quem deve obediência.

Trata-se de um município sisaleiro conhecido por sua dinamicidade econômica, mas também “[...] como aquele que tem um ferro com ‘três erres’ (3 Rs), designando a articulação das fa-

mílias Ramos, Rios e Resedá no controle da política municipal, numa manifesta referência ao mecanismo de currais eleitorais próprio do coronelismo” (COELHO NETO, 2013, p. 181).

Quadro 2: Firmas industriais e comerciais que opera(ra)m com sisal no Território do Sisal

RAZÃO SOCIAL	SEDE DA EMPRESA	EXECUTIVO RESPONSÁVEL
Teócrito Calixto Comércio e Indústria Sisal Ltda.	Salvador	Teócrito Calixto (1)
Hamilton Rios Indústria e Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	Hamilton Rios de Araújo
Fibra Comércio e Exportação de Sisal Ltda.	Conceição do Coité	José Ricardo Araújo Ferreira
Fibraex Indústria Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	José Hamilton Passos de Araujo(2)
Sisaex Indústria Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	Maurício Mota D'Araújo (3)
Sisalandia Fios Naturais Ltda.	Retirolândia	Adevaldo Martins dos Santos (4)

Fonte: Coelho Neto, 2013, p. 185.

Nota: (1) Esta firma não consta mais nos dados do Guia Industrial da FIEB; retiramos a informação da listagem apresentada no estudo de Pinto (1969) sobre as empresas mais importantes na década de 1960. (2) José Hamilton Passos de Araújo é filho de Hamilton Rios de Araújo; (3) Maurício Mota D'Araújo é irmão do ex-prefeito Éverton Rios d'Araújo Filho, que por sua vez é sobrinho de Hamilton Rios de Araújo; (4) Adevaldo Martins dos Santos foi prefeito de Retirolândia três vezes.

Essas práticas políticas conservadoras são incisivas na inibição da liberdade do indivíduo, pois “em nome de virtudes cardeais, como a gratidão e o reconhecimento, há uma renúncia efetiva à responsabilidade. O indivíduo emudece e empresta sua voz, tornando-se, paralelamente, o ventríloquo daquele que fala em seu lugar” (SANTOS, [1987] 2007, p. 95). Nesse sentido, são fecundadas as condições necessárias para a própria reprodução e manutenção do sistema de domínio coronelista.

As emergências: mobilização e fortalecimento dos ativismos sociais

Estamos empregando o termo ativismos sociais no sentido adotado por Souza (2006). Para o autor, os ativismos, parte constituinte da sociedade civil, são um conjunto de ações políticas organizadas:

[...] os ativismos sociais (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações políticas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto. Os ativismos, como

ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, [...]; e como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos ‘corredores do poder estatal’, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas (SOUZA, 2006, p. 278). individuais estabelecidos (BENDIX, 1986, p. 270).

Os ativismos, enquanto formas de ações organizadas, podem potencializar o empoderamento coletivo, unindo esforços de várias organizações não-governamentais, fortalecendo a ação da coletividade. Os ativismos envolvem uma amálgama de ações, mobilizações e organizações que podem reivindicar questões mais pontuais, como também mais complexas, com forte conteúdo político-social transformador. Em nossa empiria, esta-



20- *Esta é sua razão social após o processo de municipalização da entidade. Na época, era chamada "Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Estado da Bahia (APAEB)".*

21 - *Entrevista cedida por representante da APAEB-Valente aos autores em 22.04.2008.*

22 - *As associações são "formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos da cidadania, reconstrução comunitária, etc" (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).*

23 - *Em diagnóstico sobre o associativismo no Território do Sisal, os autores identificaram 2.166 associações registradas em cartório, sendo um pouco de mais 50% delas de natureza comunitária e 17, 31% associações produtivas.*

mos tratando da mobilização e organização de agricultores para construção de organizações sociais que buscam alternativas de vida e de intervenção social.

Para compreender a complexidade dos ativismos sociais no Território do Sisal, recorremos a um procedimento historiográfico de periodização, com base na temporalidade categorizada por Coelho Neto (2013). O autor identifica três momentos que "se caracterizam por comportamentos distintos das organizações civis em termos de estratégias construídas, mas, também, em função dos diferentes contextos sociais, político-institucionais e econômicos nos quais elas se movimentam" (p. 209).

O primeiro período, compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, é denominado de embrionário, justamente por propiciar as condições estruturantes para a gênese do tecido organizacional desse Território. Nesta fase, destaca-se o trabalho seminal das pastorais rurais da Igreja Católica, que, através da ação religiosa e assistencial (NASCIMENTO, 2000), estimularam os pequenos agricultores a refletir sobre as condições objetivas de vida no campo. Nesse sentido, caminhou-se na direção do associativismo comunitário e especialmente da sindicalização.

A valorização dos produtos dos pequenos agricultores, a denúncia das mutilações causadas pelo processo de desfibramento do sisal, o socorro à lavoura sisaleira e o combate ao trabalho infantil foram bandeiras sempre presentes nesse movimento popular (NASCIMENTO, 2000, p. 46).

Também merece destaque o papel desempenhado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), responsável pela mobilização dos camponeses, no sentido de buscar autonomia social e econômica. A "Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira"²⁰ (APAEB-Valente)", por exemplo, foi gestada nesse período pela ação conjunta da Igreja Católica e do MOC, embora sua institucionalização tenha sido concretizada na década de 1980:

A APAEB foi fundada em 02 de julho de 1980, mas antes, no período da ditadura ainda, já existia uma manifestação, com apoio da igreja católica. Só que se reunia debaixo de pé árvores. E, nos anos 80 ainda existia reflexo da ditadura, então o pessoal não se reunia na cidade, se reunia debaixo de pé de árvore. Depois com a

igreja católica e também com o MOC fundou a associação. A fundação da APAEB se deve há um grupo de pessoas junto com a igreja e com o MOC, que inclusive até hoje ainda existe pessoas dessa época dentro da própria diretoria da APAEB²¹.

Entretanto, Nascimento (2000) salienta que o trabalho da pastoral rural e a presença marcante das CEBs conformaram no Território do Sisal uma "participação limitada" (p. 47), atribuindo ao surgimento e atuação do MOC a importância pela passagem "**de formas de convivialidade simples** (coesão primitiva e participação limitada) **para formas de organizações mais complexas** (coesão social e participação ampliada)" (p. 47, grifos do autor).

O segundo período abrange a década de 1980 até o ano de 1995. Trata-se do momento de ampliação e reforço do associativismo²², bem como do surgimento das primeiras experiências de cooperativismo de crédito, a exemplo da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), fundada em março de 1993. Derivada da atuação da APAEB-Valente (nomenclatura atual), a Coopere é considerada uma experiência pioneira no Nordeste brasileiro (SABOURIN, 2009). Silva e Berenguer (2006) situam-na como a maior cooperativa de crédito da Bahia, promotora do desenvolvimento regional. Os autores se respaldam, inclusive, na expressividade numérica ("capital social", que saltou de um pouco mais de R\$ 4.000,00 em 1993 para R\$ 1.331.986,29 decorridos 10 anos) e escalar (do local ao regional) angariada pela organização.

O terceiro período inicia-se a partir do ano de 1996, encontrando-se em pleno movimento, referindo-se à conformação de complexas redes de organizações civis que operam em múltiplas escalas, porém com maior densidade na escala regional e nacional. A complexidade é oriunda do crescimento exponencial do número de organizações sociais, principalmente das associações (SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011)²³, assim como do organograma reticular constituído pelas alianças

Progressivamente, a escala regional tornou-se um recurso organizativo e cooperativo, oriundo de um movimento espacial ascendente de mobilização e articulação da sociedade civil. Esse movimento é denominado de extroversão

territorial, manifesto na abertura para a participação em/formação de redes em outras escalas espaciais.

Na verdade podemos afirmar que sempre conviveram, na reprodução dos grupos sociais, processos de extroversão, de maior abertura e mobilidade, e processos de introversão, de maior fechamento a relativa estabilidade. É como se, em seu sentido mais amplo, a reclusão representasse a contra-face dos movimentos centrífugos, priorizadores dos fluxos e das relações 'para fora', mais extrovertidas (HAESBART, [2002] 2006, p. 24-25).

A Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES) e a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão) são, exemplos de "organizações-rede"²⁴. Embora com objetivos distintos, ambas as entidades atuam propositalmente em rede, por constituírem uma estratégia de conectar indivíduos e organizações, sob a perspectiva de horizontalidade fundamentada pelos atores coletivos (SCHERER-WARREN, 1993 e 1999; MARTINHO, 2003), que, por sua vez, utilizam esse arranjo organizacional para valorizar a participação conjunta dos nós, baseada em princípios de colaboração e cooperação. Nesse sentido, as redes são úteis à formação e interlocução dos sujeitos sociais:

Conforme Touraine (1994, p. 213-45) o sujeito é vontade de um indivíduo de agir, [...] tornar-se o agente de uma obra coletiva [...] É pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).

A FATRES e a ARCO Sertão caracterizam-se por uma morfologia reticular "solidária", que estabelece elos conjuntivos entre organizações sociais espacialmente difusas no substrato físico-material de alguns municípios do semiárido baiano. A atuação em rede dessas organizações é uma estratégia econômica, ideológica e simbólica, intentando provocar transformações e/ou desenvolvimento,

A ideia de rede como conceito positivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação

(como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24).

principal.

Criada em 1996, a FATRES conforma uma rede a partir do agrupamento de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios do Território do Sisal²⁵, objetivando mobilizar, assessorar e articular seus filiados para unir forças no sentido de contribuir para o desenvolvimento territorial rural²⁶. Buscam-se a reflexão e o enfrentamento dos problemas históricos concernentes à realidade rural sisaleira, pleiteando sua subversão.

A ARCO Sertão é uma organização não governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada no município de Valente-Bahia. Atualmente é composta por 30 entidades da sociedade civil, entre cooperativas e associações, especialmente distribuídas no semiárido baiano, sendo que mais de 70% dessas organizações se concentram no Território do Sisal, especificamente nos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente²⁷. Os objetivos dessa ONG basicamente são sintetizados em dois grandes eixos norteadores de sua ação: i) apoio à comercialização: preocupando-se em assegurar sustentabilidade financeira aos seus associados, a ARCO Sertão busca colaborar no processo de comercialização dos também chamados "empreendimentos solidários" filiados. Na realidade, esse foi o anseio para a fundação da ARCO Sertão; ii) articulação político-institucional: percebeu-se que a integração jurídica institucional de várias entidades corporifica e fortalece a ação da coletividade.

Percebe-se que movimento associacionista potencializa a extroversão territorial, fomentando nós, que ora podem ser constituídos em territórios, elementos da rede. As redes fecundam o surgimento e a estruturação de novas organizações, que densificam fluxos e pontos num processo simultâneo de introversão e extroversão territorial:

É como se os processos sociais que compõem essa dinâmica se manifestassem mais sob a forma de rede à escala regional-nacional e de território

24- "As organizações-rede não restringem sua ação a uma única escala, mas operam em múltiplas escalas. Essa estratégia é válida para os sindicatos de trabalhadores rurais e para as cooperativas de agricultores que organizam suas federações e confederações, apropriando-se das mais diversas escalas espaciais" (COELHO NETO, 2013, p. 286).

25- Atualmente a FATRES é composta por 16 Sindicatos dos seguintes municípios: Araci, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Monte Santo, Nordeste, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente (Pesquisa de campo, 2013-2014).

26- A relação da FATRES com a promoção do desenvolvimento territorial será retomada no capítulo a seguir.

27- Informações obtidas por meio da pesquisa de campo, 2013-2014.

28- *“Por políticas neoliberais estamos entendendo com um conjunto de concepções e práticas que implica na diminuição do tamanho do Estado, com conseqüente redução de sua intervenção na economia e sua atuação na esfera social.*

29- *Atualmente a FATRES é composta por 16 Sindicatos dos seguintes municípios: Araci, Candelal, Cansanção, Conceição do Coité, Icbú, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente (Pesquisa de campo, 2013-2014).*

30- *“O Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) é o resultado do acordo de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional (MI) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU)” (www.setec.mt.gov.br/web, acesso em 26 jun. 2009).*

rio à escala local. Nesse sentido, poderíamos afirmar que muitas vezes a distinção entre rede e território é uma simples (nada simples...) questão de escala [...]. O que se manifesta como rede em uma escala pode se manifestar como território em outra, este como elemento daquela (HAESBAERT, 1995, apud HAESBAERT, 1995, p. 200).

Porém, pode-se constatar que a dinâmica das redes empreendidas pelos ativismos sociais no Território do Sisal não pode ser compreendida desconsiderando as relações com o Estado, sobretudo, ante as práticas político-econômicas neoliberais²⁸ em vigência neste país. O incentivo do Estado à rede associacionista no Território do Sisal é pressuposto precípua para viabilizar a inteligibilidade do real.

São muitos os exemplos de organizações-rede no Território do Sisal.²⁹ Porém, a formação dessas organizações não se deve estritamente à iniciativa do movimento associacionista, mas também ao processo de indução estatal, verificado no caso da própria ARCO Sertão.

Inicialmente, o interesse em criar uma organização (ARCO Sertão) que aglutinasse várias experiências cooperativistas (especialmente) surge pela necessidade de unir esforços para superar vicissitudes socioeconômicas enfrentadas por grupos de produção formados por beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), capacitados em processos produtivos pelo Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER)³⁰. Este programa, além de fomentar a organização produtiva do seu público alvo – desempregados e subempregados, pequenos produtores e suas famílias, trabalhadores do setor informal de baixa-renda e com pouca qualificação profissional, grupos atendidos por programas de proteção social, entre outros –, teve um relevante papel político, visto ter incentivado a formação de entidades civis num nível local e, nesse processo, indiretamente colaborou na estruturação da ARCO Sertão, que tem representatividade de âmbito regional.

O resultado político e social dos ativismos sociais não conseguiu produzir transformações substantivas na reestruturação da sociedade, pois, não se pode desconsiderar a força e a consolidação das práticas políticas conservadoras e da es-

tratificação socioeconômica da sociedade de classes. Entretanto, em linhas gerais, algumas mudanças importantes foram alcançadas, a exemplo do efeito político da organização dos agricultores que passaram a ocupar um papel importante nos conselhos municipais e no Colegiado Territorial. Coelho Neto (2010, 2013) informa o aumento dos índices de sindicalização rural e como as lideranças dos agricultores passaram a se envolver na militância política, ocupando cargos políticos e impactando a conformação das forças políticas tradicionais que sempre mantiveram um amplo domínio do executivo e legislativo municipal. Um exemplo desse processo se deu no município de Conceição do Coité, pois, nas últimas eleições municipais foi eleito um sindicalista, quebrando o duradouro domínio do grupo político que controlou a prefeituras durante décadas, como apresentamos no Quadro 1.

Por outro lado, a organização dos agricultores em associações de produção e cooperativas abriram novos horizontes produtivos, gerando novas fontes de emprego e renda para os agricultores. As novas possibilidades de uso produtivo do sisal e a criação de alternativas de renda tem potencializado a ação dos agricultores e reduzindo a dependência dos agentes tradicionais que sempre controlaram a cadeia produtiva do sisal. As ações da APAEB-Valente, da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE) e da A ARCO Sertão representam um exemplo bem sucedido da organização dos agricultores com impactos nas relações de poder do Território do Sisal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da luta pelo processo de ampliação da democracia no Território do Sisal, especialmente considerando a necessidade dos ativismos sociais em combater o conjunto de práticas políticas conservadoras (patrimonialismo, clientelismo e paternalismo), historicamente enraizadas nesse recorte regional, o discurso em favor da crescente participação da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão territorial é reconhecido como sinuosa conquista.

A sociedade civil no Território do Sisal conformou um articulado tecido associacionista que, historicamente, tem

Jamille da Silva Lima
Agripino Souza Coelho Neto

lutado pela democratização do planejamento e gestão pública, forjando condições potenciais de intervenção social, tais como a criação de espaços públicos, especificamente o colegiado Territorial do Sisal, o CODES-Sisal. Os ativismos sociais do Território do Sisal têm buscado a direção ético-política e moral da sociedade sob um novo modo de conceber as relações sociais, calcado em tramas/tessituras solidárias de cooperação e descentralização do poder. Construiu-se uma nova organização política e produtiva, em contraposição às formas coronelistas (ainda existentes), com o objetivo precípuo de angariar um outro modo de engendrar as

relações sociais.

Organizados e articulados sob redes, os ativismos sociais potencializam o poder de ação da coletividade frente aos seus campos de luta. Muito mais do que um arquétipo reticular, as redes constituem-se num “[...] elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos [...] no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42). As experiências associativas no Território do Sisal parecem apontar uma possibilidade de reestruturação das relações de poder e promoção da transformação social.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Aziz N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados. Dossiê Nordeste seco. São Paulo: IEA/USP, v. 13, n. 36, mai./ago., 1999.
- _____. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES, Maria O.; SANTIAGO, Eduardo G.; LIMA, Antônio R. M. Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro. Fortaleza: BNB, 2005.
- ANDRADE, Benedita P. de. Sisal et societe rurale dans le Nordeste du Bresil: Le cas de Valente et de Santa Luz (Bahia). 1993. 282 f. These (Doctorat de Geographie) - Université de Toulouse, Le Mirail, Toulouse-França, 1993.
- _____. Sisal e sociedade rural: o caso de Valente e Santa Luz- Bahia. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 71-80.
- APAEB. Relatório Anual 2006. Valente: APAEB, 2007. 16 p.
- AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. Novos Estudos, CEBRAP – São Paulo, n. 38. mar. 1994.
- BENDIX, Reinhard. Max Weber: um perfil intelectual. Trad. Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: UNB, 1986.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 242-246.
- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CASTRO, Iná E. de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. et al. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-196.
- _____. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 283-324.
- CODES-SISAL. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal. Valente: CODES-SISAL, 2010.
- COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal In: (Geo) grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, v.1, p. 305-368.

- _____. A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia. 2013. 426f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2013.
- CUNHA, Euclides da. Os sertões. 22.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2 ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B. K. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Layola, 1989.
- LEAL, Vitor N. Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Aline dos S. O PETI em Retiroândia-Ba: implicações e impasses (1997-2007). Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia, 2008.
- MARQUES, Nonato. Histórico sobre a cultura do sisal. In: LAGE, C. S.; ARGOLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 15-18.
- MARTINHO, Cássio. Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000023.pdf>. Acesso em 15 dez. 2008.
- MARTINS, José de S. A sujeição da Renda da Terra ao Capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. Bol. Geogr. Teorética. Rio Claro: 1980, p. 31-47.
- MOC. Trilhando Caminhos para a convivência com o semi-árido. Relatório anual - 2006. Feira de Santana: MOC, 2006.
- MOREIRA, Maria Auxiliadora da Nova. Dinâmica de ocupação do solo no sertão sisaleiro da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de Valente e Santa Luz. In: LAGE, C. S.; ARGOLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 25-29.
- NASCIMENTO, Humberto M. do. Capital social e desenvolvimento sustentável no Sertão Baiano: a experiência de Organização dos Pequenos Agricultores no Município de Valente. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- _____. A convivência com o semi-árido e as transformações socioprodutivas na Região do Sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008.
- PINTO, Maria N. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 31 (3), p. 3-102, jul./set. 1969.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios, 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em 4 mai. 2014.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, Ednúsia M. C. Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2002.
- _____. Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento. 295 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2007.
- SANTOS, Ednúsia M. C.; COELHO NETO, Agripino S.; SILVA, Onildo A. Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 4ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Layola, 1993.

- _____. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, Odilon R. R. F. da. et. al. Cultivo do Sisal no Nordeste Brasileiro. Circular Técnica 123, Campina Grande-PB: Embrapa, jul./ 2008.
- SILVA, Sylvio B. de M. e; BERENGUER, Maria O. V. Capital sócio-territorial, micro-crédito e desenvolvimento regional no Sertão Baiano. In: Anais do III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2006. p. 1-25.
- SOUZA, Marcelo L. de. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.